

CATADORES DE RECICLÁVEIS E O TERRITÓRIO EM ITUIUTABA - MG: uma leitura geográfica da precarização do trabalho em Minas Gerais

Larissa Silva Vilela

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil¹
larissavilela@ufu.br

Joelma Cristina dos Santos

Doutora em Geografia, Professora da Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Ciências humanas do Pontal, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil²
joelma.santos110@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por finalidade analisar a relação entre trabalho informal, território e precarização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis no município de Ituiutaba-MG, a partir de uma leitura geográfica articulada ao contexto do trabalho em Minas Gerais. Ituiutaba, localizada na região do Triângulo Mineiro, expressa contradições do processo de urbanização capitalista, evidenciadas por desigualdades socioespaciais no interior do espaço urbano. O Setor Sul, recorte empírico da pesquisa, apresenta heterogeneidades internas, com a coexistência de áreas dotadas de melhor infraestrutura urbana e porções marcadas por maior vulnerabilidade socioeconômica, sendo nestas últimas que se concentram os sujeitos investigados. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, fundamentada na realização de entrevistas semiestruturadas com catadores de materiais recicláveis e em observações diretas no território. Os resultados evidenciam a presença de uma informalidade estrutural, marcada pela invisibilidade social, pela instabilidade das condições de trabalho e pela insuficiência de políticas públicas voltadas à inclusão socioproductiva desses trabalhadores. A análise territorial demonstra que o espaço urbano, produzido de forma desigual, contribui para a reprodução das desigualdades sociais e limita o acesso ao trabalho digno. Conclui-se que a precarização do trabalho dos catadores resulta da articulação entre informalidade urbana, desigualdade territorial e ausência de amparo estatal, revelando contradições persistentes do processo de urbanização periférica em cidades do estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Território; Trabalho informal; Catadores; Ituiutaba-MG.

RECYCLABLE COLLECTORS AND THE TERRITORY IN ITUIUTABA-MG: a geographical reading of the precariousness of work in Minas Gerais

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between informal labor, territory, and the precarization of the work of recyclable material collectors in the municipality of Ituiutaba, Minas Gerais, based on a geographical perspective articulated with the broader context of labor in the state of Minas Gerais. Ituiutaba, located in the Triângulo Mineiro region, expresses contradictions inherent to the capitalist urbanization process, evidenced by socio-spatial inequalities within the urban space. The South Sector, the empirical focus of the research, presents internal heterogeneities, characterized by the coexistence of areas with better urban infrastructure and portions marked by greater socioeconomic vulnerability, where the investigated subjects are predominantly concentrated. The methodology adopted is qualitative in nature, based on semi-structured interviews with recyclable material collectors and direct observations carried out in the territory. The results reveal the presence of structural informality, marked by social invisibility, unstable working conditions, and the insufficiency of public policies aimed at the socio-productive inclusion of these workers. The territorial analysis demonstrates that the urban space, produced unevenly, contributes to the reproduction of social inequalities and limits access to decent work. It is concluded that the precarization of collectors' work results from the articulation between urban informality, territorial inequality, and the absence of state support, revealing persistent contradictions of the peripheral urbanization process in cities of the state of Minas Gerais.

Keywords: Territory; Informal work; Collectors; Ituiutaba-MG.

¹ Endereço para correspondência: Rua Guará, 389, Jardim Sul II, CEP: 38304-730, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.

² Endereço para correspondência: Rua Vinte, 1600, Tupã, CEP: 38304-402, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.

RECOLECTORES DE RECICLABLES Y EL TERRITORIO EN ITUIUTABA-MG: una lectura geográfica de la precariedad laboral en Minas Gerais

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre trabajo informal, territorio y precarización del trabajo de los recolectores de materiales reciclables en el municipio de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, a partir de una lectura geográfica articulada con el contexto del trabajo en Minas Gerais. Ituiutaba, ubicada en la región del Triángulo Mineiro, expresa contradicciones propias del proceso de urbanización capitalista, evidenciadas por desigualdades socioespaciales en el interior del espacio urbano. El Sector Sur, recorte empírico de la investigación, presenta heterogeneidades internas, caracterizadas por la coexistencia de áreas con mejor infraestructura urbana y sectores marcados por una mayor vulnerabilidad socioeconómica, siendo en estos últimos donde se concentran los sujetos investigados. La metodología adoptada es de carácter cualitativo, fundamentada en la realización de entrevistas semiestructuradas con recolectores de materiales reciclables y en observaciones directas en el territorio. Los resultados evidencian la presencia de una informalidad estructural, marcada por la invisibilidad social, la inestabilidad de las condiciones de trabajo y la insuficiencia de políticas públicas orientadas a la inclusión socioproductiva de estos trabajadores. El análisis territorial demuestra que el espacio urbano, producido de manera desigual, contribuye a la reproducción de las desigualdades sociales y limita el acceso al trabajo digno. Se concluye que la precarización del trabajo de los recolectores resulta de la articulación entre informalidad urbana, desigualdad territorial y ausencia de amparo estatal, revelando contradicciones persistentes del proceso de urbanización periférica en ciudades del estado de Minas Gerais.

Palabras clave: territorio; trabajo informal; coleccionistas; Ituiutaba, MG.

Introdução

O estado de Minas Gerais apresenta uma diversidade de realidades territoriais que refletem distintos processos de urbanização, trabalho e exclusão socioespacial. Nesse contexto, o município de Ituiutaba-MG destaca-se por evidenciar a precarização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, especialmente em áreas urbanas marcadas por maior vulnerabilidade social. Dentre essas áreas, delimita-se como recorte empírico da pesquisa o Setor Sul de Ituiutaba.

Conceitua-se primeiramente o trabalho, o mesmo sobre duas dimensões, para após abordar suas precarizações:

[...] se não existe diferença em relação ao objeto, é na ação do sujeito que as atenções se voltam. Isto é, em sua expressão geográfica o trabalho pode ser entendido tanto em nível da relação metabólica homem-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espço, nas suas diferentes manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado etc.). (Thomaz Jr. 2011 p.1).

Conforme apresentado pelo autor e com base nos diferentes modos de trabalho, se entende trabalho como um fenômeno complexo, sempre ligado à interação entre o ser humano e seu ambiente, e a relação da sociedade com o espaço. Isso permite que o trabalho se manifeste de diversas formas, depende das necessidades, preferências, habilidades e oportunidades dos indivíduos. Em essência, o trabalho é resultado da combinação de múltiplos fatores, o que contribui para a diversidade de suas formas e manifestações.

Compreende-se conforme Antunes (2009) a predominância de novas formas de trabalho, logo denomina essa classe trabalhadora, que antes eram tratados como proletários, como a classe-que-vive-do-trabalho, se constituído por todos esses trabalhadores e trabalhadoras que vendem a força de trabalho na atual fase do modo capitalista de produção pra atender as suas necessidades, após a reestruturação produtiva, sendo cobrado dos mesmos um aumento da produtividade e consequentemente se reverte em um aprendizado coletivo nessa cadeia, surgindo novas formas de trabalho.

Deste modo, como essa reestruturação do trabalho se procede novas tendências:

Pode dizer-se que esta recomposição tem implicações que incidem simultaneamente em todos os níveis da pirâmide social, ou seja, vai das novas elites profissionais, empresariais e institucionais às camadas mais excluídas e proletarizadas, passando pelos segmentos intermédios das chamadas “novas classes médias”. Vale a pena situar alguns dos principais contornos destas tendências de transformação das estruturas de classe. (Estanque, 2005, p.117).

Desta maneira o autor traz a reflexão de que a partir das mudanças oriundas da sua reestruturação, acaba abrangendo todas as camadas da pirâmide social (classes sociais), ou seja, ela ressalta que essas mudanças não atingem apenas um grupo em específico, mais um todo desde uma elite que está no topo de uma pirâmide até atingirem aqueles mais marginalizados, resulta em uma distribuição desigual. Chega-se à conclusão de que essas transformações têm implicações diretas e indiretas para todas as camadas da sociedade, havendo modificações, por exemplo, as condições de vida e as relações de poder.

As transformações, o desenvolvimento capitalista contribui significativamente para o crescimento de um grupo que detém a maior parte da riqueza e do poder econômico e de outro lado, inclui operários, trabalhadores de serviços mal remunerados, autônomos informais e desempregados em busca de alternativas de trabalho, que visem principalmente a busca da sobrevivência, como trabalho informal.

Antunes (2009) ressalta que a partir do trabalho informal, começa a se aparecer os serviços terceirizados ou “arranjos do trabalho”, como o autor prefere denominar. Apresenta-se como exemplo, as indústrias que passam a substituir o homem pela máquina, o que passa a gerar produtividade de forma mais rápida, porém se passa a ter menos trabalhadores, o que resulta nos “arranjos”. Isto é, não se contratam mais trabalhadores de forma direta, preferem a terceirização, já que as máquinas começam a fazer o trabalho que o homem teria que realizar, repercute desta maneira a precarização do trabalho e consequentemente nos empregos informais, Thomas Jr. (2004) também ressalta a ideia dos rearranjos, que seria uma reestruturação do capital:

Propomo-nos compreender de forma articulada os rearranjos territoriais que respondem às diversas tramas sociais que, simultaneamente, expressam a dinâmica do modo de produção capitalista e a materialização da reestruturação produtiva do capital nos lugares e os impactos produzidos para o trabalho, numa conjuntura paralisante para a classe trabalhadora, mas que nos dá as pistas para procedermos investigações voltadas à compreensão da dinâmica territorial das novas formas de trabalho em um contexto de exploração ampliada, requisito da valorização do capital. (Thomaz JR, 2004, p. 11).

Os autores ressaltam que esses rearranjos estão diretamente ligados a expansão do capital. pois o mesmo se reorganiza para atender suas necessidades, buscando sempre o aumento de sua lucratividade, o que acaba ocasionando grandes impactos para os trabalhadores, logo estes, enfrentam dificuldades para se organizarem frente a essas mudanças, que resultam em perda de direitos, instabilidade e informalidade. Dessa maneira, Antunes (2009; 2018) analisa que o avanço do trabalho informal, da terceirização e da flexibilização da força de trabalho está associado às transformações recentes do capitalismo, marcadas pela intensificação da precarização laboral. Embora a superexploração da força de trabalho seja um elemento central para compreender essas dinâmicas, conforme formulado por Marini (2005), Antunes destaca que a precarização do trabalho não se restringe a uma localidade específica, configurando-se como um fenômeno de alcance global.

Assim o catador de recicláveis se enquadra nesse rearranjo como uma alternativa de renda, como uma forma de oportunidade, porém traz consigo diversos desafios e riscos. Considera-se a partir desse desdobramento que o trabalho informal de catadores de recicláveis é uma realidade em muitos lugares do mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Esses trabalhadores são muitas vezes excluídos do mercado formal de trabalho, sem acesso a direitos e garantias trabalhistas.

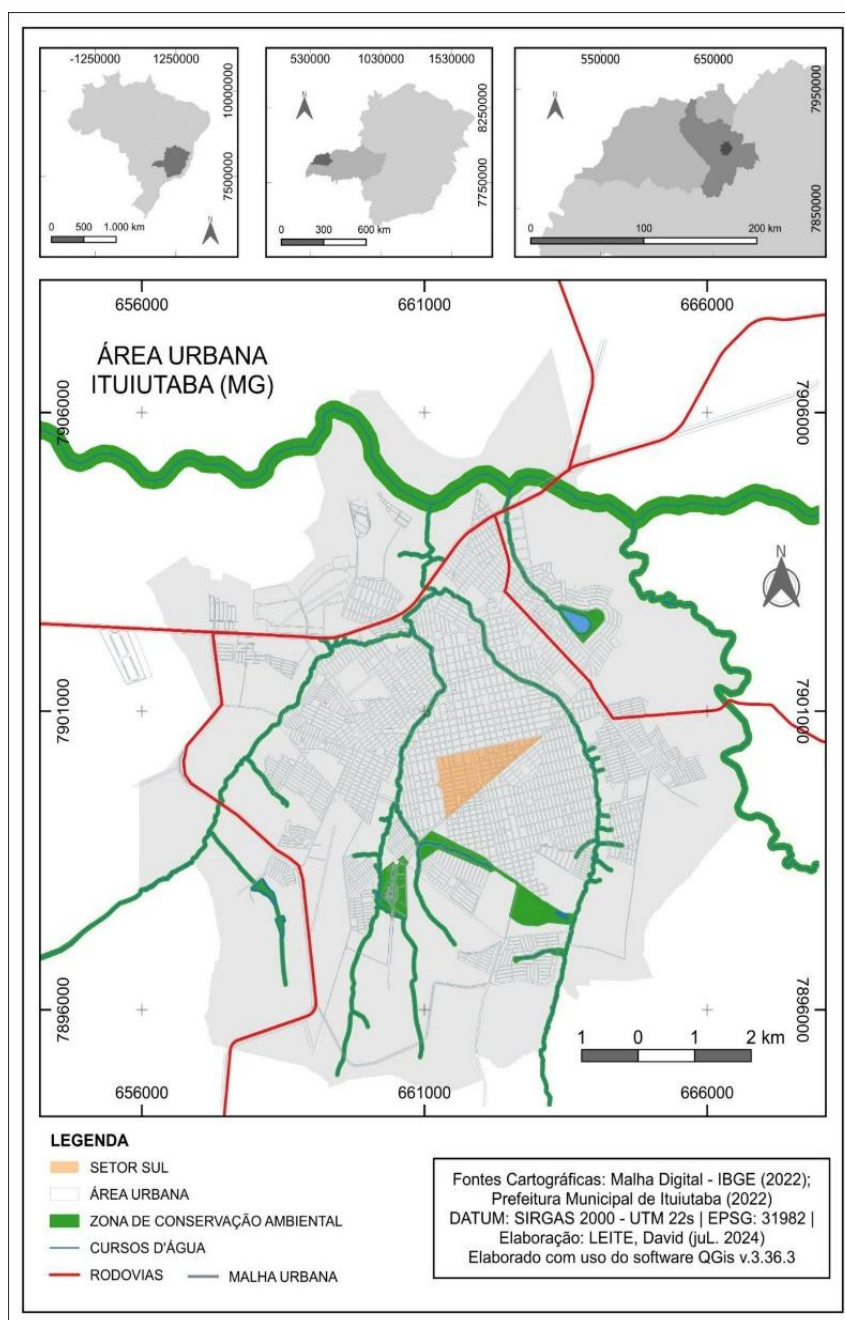
Isso explica por consequência do mercado de trabalho se apresentar cada vez mais rígido frente a reestruturação produtiva do capital e consequentemente se tem uma maior exigência de mão de obra qualificada, assim o capital visa cada vez mais a expansão de lucros, tendo como principal fonte a exploração da força de trabalho, sem limites para o seu crescimento. O mais importante é estar com lucros acima do estabelecido, lucros esses obtidos na maioria dos casos por uma exploração. O capitalismo se estrutura a partir da produção e manutenção de um exército industrial de reserva, composto por trabalhadores parcial ou totalmente excluídos do mercado formal de trabalho, o que contribui para a permanência de amplos contingentes populacionais em condições precárias de inserção laboral. Esse mecanismo possibilita ao capital ampliar suas margens de lucro, uma vez que a existência de mão de obra excedente exerce pressão sobre salários e direitos trabalhistas (MARX, 1996; ANTUNES, 2009).

Estes trabalhadores, muitas vezes, não possuem a oportunidade de se qualificar para esse mercado de trabalho, que se moderniza e passa por grandes transformações oriundas das inovações tecnológicas. Algumas formas de resistência e/ou sobrevivência vão surgindo em meio aos mecanismos impostos pelo capital. A partir do desemprego estrutural gerado pelo capitalismo em sua fase atual, aumenta-se a exploração para com esses trabalhadores, que buscam através da catação de matérias recicláveis uma forma de se sobressair dentro do mercado de trabalho.

Nesse contexto, o estado de Minas Gerais destaca-se pela expressiva diversidade de formas de informalidade distribuídas pelo território, refletindo as desigualdades socioeconômicas e regionais presentes no Brasil. Essa heterogeneidade está associada às distintas dinâmicas produtivas do estado, que articulam atividades agroindustriais, industriais e de serviços, gerando múltiplas formas de inserção precária no mercado de trabalho (IBGE, 2023; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

Dessa forma, o estado de Minas Gerais destaca-se por apresentar uma diversidade de formas de informalidade distribuídas de maneira desigual pelo território, refletindo as profundas desigualdades socioespaciais presentes no Brasil. Nesse contexto, este artigo propõe a discussão sobre o território urbano no município de Ituiutaba-MG (Figura 1), estruturando-se em torno das dinâmicas da informalidade e da desigualdade, com foco nos catadores de materiais recicláveis do Setor Sul de Ituiutaba. A análise considera, ainda, como essas dinâmicas se manifestam em escala estadual, bem como as políticas públicas existentes voltadas à gestão dos resíduos sólidos e ao trabalho dos catadores em Minas Gerais.

Figura 1: Mapa - Localização da área urbana de Ituiutaba-MG



Fonte: LEITE (2024).

Assim, o artigo apresenta uma reflexão baseada em resultados da dissertação de mestrado em Geografia, cujo foco foi o trabalho precário dos catadores de materiais recicláveis no setor Sul de Ituiutaba-MG, com o objetivo de compreender como esse trabalho se distribui e se concentra nesta porção territorial do município de Ituiutaba. Além disso, demonstra a área de maior concentração dos catadores, bem como revela a dinâmica entre o desenvolvimento urbano e as atividades informais do setor Sul, marcada pela dependência da economia local da coleta de recicláveis.

Dessa forma, constatou-se que o setor Sul de Ituiutaba-MG apresenta uma dinâmica própria de geração e descarte de resíduos, associada à estrutura urbana e à população, a qual impacta diretamente a atuação dos catadores de materiais recicláveis diante da informalidade

e da precariedade. A partir da Geografia do Trabalho, compreende-se que os sujeitos que vivem da coleta de recicláveis experienciam o espaço urbano e constroem estratégias de sobrevivência em meio à precarização estrutural.

Ressalta-se que o Setor Sul de Ituiutaba-MG não constitui um território homogêneo do ponto de vista socioespacial. O bairro apresenta diferenças internas significativas no que se refere ao padrão das moradias, à qualidade da infraestrutura urbana e às condições socioeconômicas da população residente. Observa-se a coexistência de áreas com melhor infraestrutura e residências de médio e alto padrão, especialmente nas proximidades das ruas 18, 20 e 22, ao lado de porções caracterizadas por maior vulnerabilidade socioespacial, sobretudo entre as ruas 10 e 16. É nesse contexto que se insere a área específica de atuação dos catadores de materiais recicláveis investigados, concentrada principalmente no entorno da Rua 47, onde se verificam fragilidades associadas às condições habitacionais e à informalidade do uso do espaço. Dessa forma, o recorte empírico adotado pela pesquisa não pressupõe a totalidade do Setor Sul como uma área eminentemente periférica ou precária, mas focaliza as porções do bairro onde se concentra a atividade da catação e onde as expressões da informalidade e da precarização do trabalho se manifestam de maneira mais intensa. Tal abordagem permite compreender o território como uma construção social marcada por usos diferenciados e apropriações desiguais do espaço urbano.

Para a obtenção dos resultados apresentados, o artigo foi elaborado a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado. O estudo envolveu observações de campo realizadas em porções específicas do Setor Sul de Ituiutaba-MG, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com 20 catadores de materiais recicláveis inseridos em formas de trabalho informal na área investigada. Complementarmente, foram realizados levantamentos bibliográficos, análise de dados secundários (IBGE, PNAD e Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) e registros fotográficos do território. A delimitação do Setor Sul como recorte empírico ocorreu em razão da concentração de catadores de materiais recicláveis em uma determinada rua do bairro, da qual, o local em questão apresenta fragilidades na infraestrutura urbana básica, como precariedade no sistema de saneamento, deficiência na coleta regular de resíduos, sendo acumulados para a respectiva reciclagem, caracterizadas por maior vulnerabilidade socioespacial.

Portanto, a escolha da temática resulta em contribuições significativas para a área de pesquisas sobre as dinâmicas urbanas e possui relevância social, devido a fatores que envolvem a inclusão social. Além disso, evidencia um tipo de trabalho que merece respeito e admiração, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de melhorias dignas e valorização desses trabalhadores informais.

Trabalho, Informalidade, Território e Políticas Públicas em Minas Gerais

A reflexão sobre território exige compreender suas múltiplas dimensões: políticas, públicas, econômicas e simbólicas. O trabalho, enquanto mediação social, é elemento central na apropriação do espaço (Santos, 2002). Na perspectiva de Marx (1993), o trabalho atende às necessidades do homem a partir da capacidade de transformar a natureza, configurando uma dialética de dupla transformação, com a finalidade de suprir essas necessidades e promovendo o processo de humanização do homem. Conforme a concepção de Marx (1993), o trabalho constitui a relação mediadora entre o ser humano e a natureza, por meio da qual, ao transformar as propriedades naturais, o homem também transforma a si próprio, produzindo-se enquanto ser social.

O conceito de Trabalho para Thomaz Jr (2011 p.2) também pode ser definido como “[...] forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação da sociedade/espaço [...]” retomamos, então, o pensamento de Marx (1993), segundo o qual a sociedade está ligada à natureza. O ser humano depende do meio para obter os recursos

necessários à sua sobrevivência, e esse metabolismo constitui a ligação entre ambos. Logo, o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Segundo Engels (1999, p. 4), o trabalho desempenhou um papel central na constituição do ser humano.

E ainda Antunes (2009, p.140), ao relacionar trabalho ao sistema capitalista, o autor retrata como não sendo definido somente como gratificante e fundamental para o ser social “o trabalho, portanto, é a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social.”

Porém, analisando-o por outro lado, tornando-o alienado e aprisionado acaba se transformando em um trabalho unilateral, resultando em um trabalho aprisionado e limitado, resultando em um trabalho ruim, em vez de se sentir realizado profissionalmente. Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralidade. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato. (Antunes, 2018, p.31).

O autor ressalta que o trabalho possui a capacidade de emancipar e transformar o homem, sendo fonte de autonomia e independência, que sustenta a vida material, pessoal e social, e contribui para o desenvolvimento individual quando realizado de forma justa. Portanto, é fundamental a promoção de um trabalho que busque sempre a equidade e resista às formas que exploram os trabalhadores, submetendo-os a condições desumanas, como baixos salários, jornadas excessivas e ausência de direitos.

Ressalta-se, portanto, no processo de informalização, conforme Antunes (2018), a precarização do trabalho se intensifica com a hegemonia da acumulação flexível, atingindo principalmente aqueles inseridos na informalidade. Em cidades médias como Ituiutaba-MG, observa-se a ausência de políticas públicas capazes de integrar trabalhadores informais ao planejamento urbano. Segundo Harvey (2012), a informalidade não constitui apenas um resquício do passado, mas desempenha um papel estruturante na organização do trabalho nas periferias urbanas.

Como também Antunes (2009) ressalta que o capitalismo atualmente com as mudanças sofridas a partir das tecnologias, resulta na redução de trabalhos formais, consequentemente o aumento das desregulamentações, terceirizações, logo temos novas organizações de trabalho, com novas explorações, tendo desta forma uma reestruturação no mercado de trabalho. Logo temos que na medida que o sistema capitalista se reproduz, o trabalho adquire diversas formas, e o mundo do trabalho se configura nos mais variados espaços. E ainda Ricardo Antunes (2009) interpreta essas mudanças como várias metamorfoses no mundo do trabalho e, de forma crítica, argumenta que o capitalismo globalizado enfatiza tais transformações, ocasionando um aumento significativo da exploração da força de trabalho

No caso da subproletarização, conforme ressaltado por Thomaz Jr. (2011), observam-se formas de inserção laboral marcadas por trabalhos parciais, temporários, domiciliares e informais, caracterizadas pela instabilidade, ausência de direitos e intensificação da precarização do trabalho.

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais. (Antunes, 2018, p.62).

Antunes (2009; 2018) analisa que o avanço da informalidade, da terceirização e da flexibilização da força de trabalho está associado às transformações do capitalismo contemporâneo e à intensificação da precarização laboral. Embora a superexploração da força de trabalho contribua para compreender essas dinâmicas, conforme formulado por Marini (2005), Antunes enfatiza que a precarização do trabalho não se restringe a contextos regionais específicos, como o estado de Minas Gerais, configurando-se como um fenômeno de alcance global. Essa superexploração, como vimos, amplia esse mercado de vários processos relacionados ao mercado capitalista e, ligados a forma de estruturação do trabalho, abrindo leques para aumento do desemprego, terceirizações, informalidades, formando assim um ciclo de precarização, a partir do amplo desenvolvimento das forças produtivas, redução de custos e maximização de lucros.

Assim, ao abordar o trabalho informal, observa-se uma relação direta com as atividades desempenhadas pelos catadores de recicláveis. Esses trabalhadores atuam de forma autônoma ou como empregados sem vínculo formal, o que os deixa sem garantias trabalhistas, direitos ou estabilidade. Conforme Costa (2012, p. 41):

[...] o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos. Estas atividades utilizam técnicas rudimentares e força de trabalho pouco qualificada, falta de acesso aos financiamentos e créditos disponíveis para o setor formal e principalmente pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza.

O autor retrata assim a realidade presenciada pelos trabalhadores informais, já que representa uma fonte de renda para muitos, dificilmente conseguem ao longo de suas trajetórias garantir algum tipo de acumulação de riquezas, o trabalho informal é geralmente considerado desvantajoso, pois esses trabalhadores recebem salários baixos e irregulares; além disso, essa informalidade leva à insegurança e precariedade no trabalho.

Essa é uma realidade cada vez mais presente na sociedade, e o aumento do trabalho informal deve-se a todos os processos de transformação que o trabalho sofreu devido à globalização. Considera-se a pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), de acordo com o IBGE geralmente é feita a cada trimestre a partir de amostras por cerca de 210 mil domicílios, que auxilie no fornecimento de dados sobre o mercado de trabalho.

Desta maneira vemos que a pesquisa faz uma divisão em três grupos: os trabalhadores por conta própria ou autônomos (representam 20%), os trabalhadores sem carteira assinada (representa 12%) e os trabalhadores informais não remunerados (correspondendo a 31%). Percebe-se então que os dados apontam um crescimento da informalidade muito grande no Brasil, engloba uma grande parte da força de trabalho, pois o quantitativo de pessoas que são informais, chega a ser igual ao de pessoas com carteira assinada. Logo significa a decadência dos empregos formais e a precarização desses trabalhadores para a sociedade.

Entretanto, este cenário mudou um pouco em relação ao Estado de Minas Gerais que registrou conforme a (PNAD) um aumento significativo de 5% de pessoas com rendimentos laborais. De acordo com Moraes (2025): “Apesar do crescimento proporcionalmente inferior ao verificado no cenário nacional, Minas avançou duas posições no *ranking* de estados com maior percentual de pessoas com rendimento de trabalho”. Mesmo com predominância de crescimento, o estado é conhecido internacionalmente por diversos momentos de práticas discriminatórias e excludentes, isso é ainda mais verdadeiro em relação às atividades informais, que geram vulnerabilidade e conduzem ao processo de exclusão social, como ocorre com a categoria dos catadores de recicláveis.

Percebe-se que a reciclagem tem atribuído a um grande crescimento econômico, entretanto, para uma alta lucratividade, se faz necessário um exército de trabalhadores informais, com baixa ou nenhuma qualificação, ocasiona grandes situações de vulnerabilidade, tendo essa alternativa como uma forma de rendimento e sobrevivência, desta maneira, mesmo

se o setor crescer, resulta no fundamento da relação da informalidade com a reciclagem. Assim, Gonçalves (2006, p. 131) afirma que existe uma superexploração na reciclagem e ressalta que a precariedade do trabalho da catação revela-se fundamental para os ganhos dos demais agentes dos circuitos: “[...] isso porque se pode facilmente realizar a superexploração do trabalho em momentos oportunos e dispensar de imediato quando necessário, sem custos contratuais. [...]”. Concluindo também que esses catadores iniciaram essas atividades por falta de qualificações, estudo, oportunidades ou faixa etária elevada.

Conforme dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), os catadores são os principais responsáveis por cerca de 90% da reciclagem do país, sendo que 2.203.747 estavam com vínculo e filiado como Microempreendedor Individual (MEI) (conforme tabela 1).

Tabela 1 – Número de Microempreendedores Individuais (MEIs) em 2021

Região	Total de MEIs	Unidades
Brasil	2.203.747	167
Norte	102.802	5
Nordeste	349.110	20
Sudeste	1.150.057	84
Sul	412.889	48
Centro-Oeste	188.889	10

Fonte: IBGE - Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais. Organizado pelos autores.

Observa-se, conforme a tabela 1, que quase metade dos catadores cadastrados está concentrada na região Sudeste, que apresenta o maior número de unidades. Um avanço significativo foi possibilitado pelo reconhecimento da ocupação de catador/a de material reciclável na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que permitiu a obtenção desses dados. Na Tabela 2 a seguir, observa-se:

Tabela 2 – Resíduos recuperados no estado de Minas Gerais em 2024

Tipo de Resíduo recuperado	Quantidade em toneladas
Papéis	73.274,95
Plástico	28.120,63
Vidros	33.563,69
Metais	15.065,09
Outros	131,86
Total	150.156,22

Fonte: Anuário da reciclagem. Organizado pelos autores.

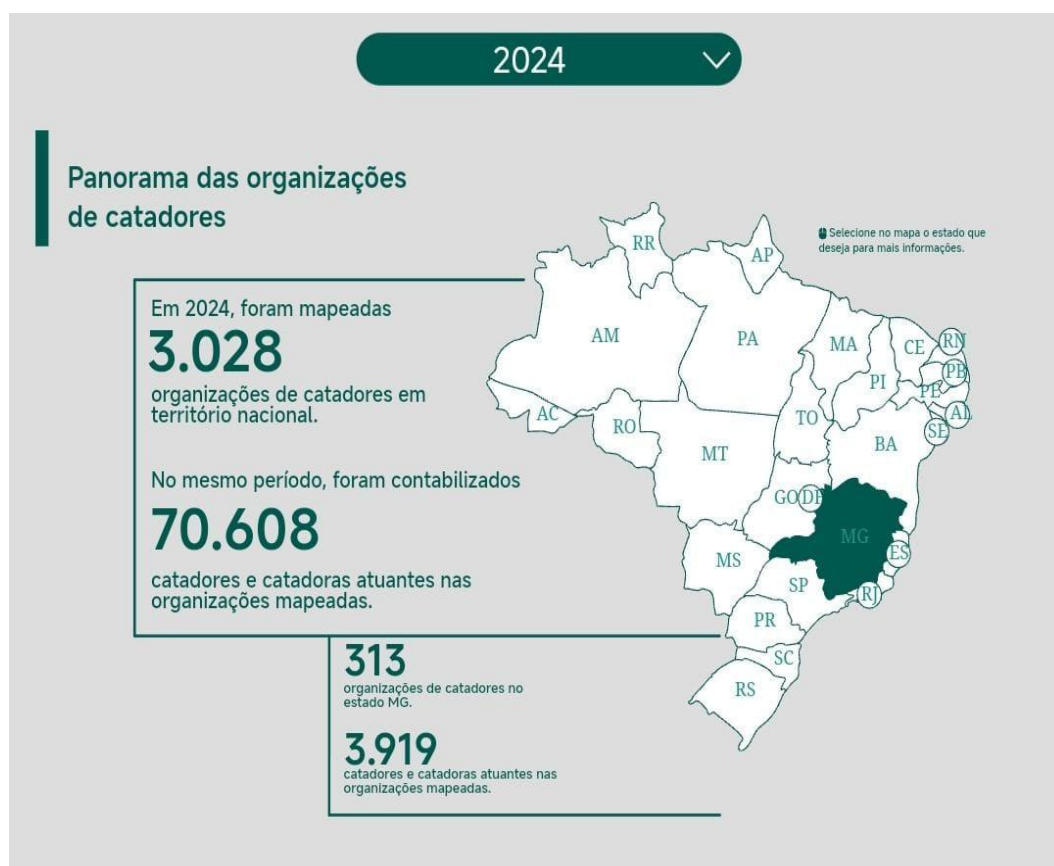
No estado de Minas Gerais, o Anuário aponta a existência de 313 organizações dedicadas à reciclagem, que reúnem um total de 3.919 catadores. Juntos, esses trabalhadores foram responsáveis pela recuperação de 150.156,22 toneladas de resíduos recicláveis.

A partir das informações apresentadas na Tabela 2, observa-se que o papel constitui o resíduo mais recuperado para a reciclagem no estado de Minas Gerais. Esse resultado pode

estar associado à maior facilidade de coleta e separação desse material, quando comparado a outros resíduos. Em seguida, destacam-se o plástico e o vidro, enquanto os demais materiais apresentam menores índices de recuperação, possivelmente em unção das dificuldades relacionadas ao acesso, à coleta e aos processos de reaproveitamento. Percebe-se que no estado no ano de 2024 teve uma significativa quantidade de resíduos reciclados, desta forma vemos a importância significativa que o trabalho dos catadores tem sobre o meio ambiente, contribuindo para um desenvolvimento sustentável de qualidade.

Dados também mais recentes de 2024 de acordo então com o Anuário da reciclagem que como vimos reúne informações de suma importância e de forma mais detalhada sobre a reciclagem no Brasil temos que ano passado foram mapeadas 3.028 organizações de catadores em todo território nacional (Figura 2). Além de nessa mesma área que foi mapeada 70.608 catadores e catadoras nessas organizações e que graças a essas organizações foram recicladas 1.689.489,12 toneladas de resíduos.

Figura 2: Mapeamento de organizações de catadores de recicláveis no Brasil e no estado de Minas Gerais em 2024



Fonte: Anuário da reciclagem, 2024

Apesar da grande importância dos catadores para o Brasil, os dados do anuário mostram que esses trabalhadores essenciais para o processo de reciclagem não são devidamente valorizados. Eles recebem salários muito baixos, com uma renda média nacional de aproximadamente R\$1.305,65. A situação é ainda pior em Minas Gerais, onde a média cai para R\$1.168,60.

Esses números evidenciam a desigualdade social enfrentada pelos catadores, que vivem em condições financeiras precárias e lutam para sobreviver com o pouco que ganham, torna-se extremamente vulneráveis. Ao analisar outros estados para comparar as respectivas rendas

dos catadores, observa-se que Mato Grosso apresenta a maior média salarial, chega a R\$1.724,48. Por outro lado, a situação é extremamente preocupante em Roraima, onde a renda média dos catadores é de apenas R\$383,33. Esse valor é alarmante, pois torna inviável a sobrevivência de um trabalhador e sua família, dificulta até mesmo o acesso à moradia, leva muitos a viverem em condições precárias, como nas ruas.

Conforme Gonçalves (2006), desta maneira os catadores de reciclagem apresentam interesse em se organizarem através de associações e cooperativas que visem mobilizar e auxiliar em seus trabalhos de coleta, fortalece desta maneira essa categoria que é tão vulnerável. Cabe ressaltar que os catadores vão além de associações ou cooperativas, organizando-se de outras maneiras:

Sob tal prisma, a atividade dos catadores de materiais recicláveis se destaca cada vez mais. Tal atividade pode ocorrer de forma individual, organizada em cooperativas, ou outras formas coletivas como associações e redes de coleta. As cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos são ainda emergentes no Brasil. (Schneider, Costa, Mesquita, 2017, p. 106).

Os autores ressaltam que as atividades de catação não ocorrem exclusivamente de forma organizada, sendo, na maioria dos casos, desenvolvidas de maneira individualizada. Tal realidade está associada ao fato de que as cooperativas de catadores ainda se encontram em processo de consolidação no Brasil, o que evidencia sua limitada estabilidade institucional.

O objeto de estudo desta pesquisa, por sua vez, não se configura como uma cooperativa formalizada, mas como uma forma de organização não regularizada, caracterizada pela informalidade e pela ausência de reconhecimento institucional. Nessa configuração, os catadores exercem suas atividades de maneira autônoma, sem acesso a garantias trabalhistas ou benefícios sociais.

Dessa forma, a estruturação e o fortalecimento de políticas públicas, aliadas à implementação de leis, normas e formas organizativas mais estáveis, poderiam contribuir significativamente para a melhoria das condições de trabalho desses catadores, possibilitando maior valorização social da atividade, ampliação da renda e reconhecimento profissional, bem como o acesso a direitos e benefícios legalmente assegurados.

Temos assim, primeiramente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que apresenta a grande importância dos catadores de recicláveis pela Lei 12.305/2010, logo há o reconhecimento dos catadores, visa também ressaltar a importância de cooperativas de catadores dentro das coletas seletivas, com planejamento de separação de resíduos, facilita a reciclagem e o reaproveitamento, além de programas e apoio financeiro necessário para estarem se formalizando. Ou seja, a PNRS além de reconhecer e valorizar os catadores, ainda recomenda medidas que visam o correto gerenciamento dos resíduos.

A legislação do estado de Minas Gerais referente à destinação dos resíduos sólidos está prevista na Lei Estadual nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Essa lei estabelece diretrizes, objetivos e instrumentos voltados à gestão integrada dos resíduos sólidos no estado, estruturando-se como um sistema planejado e coordenado, que envolve diferentes setores da sociedade, com vistas à redução, reutilização, reciclagem e à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Dessa forma, a legislação estadual busca o controle e a gestão adequada dos resíduos sólidos, promovendo práticas que visam minimizar os impactos ambientais e ampliar a sustentabilidade dos sistemas de manejo.

Além disso, a Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021, institui mecanismos de estímulo à indústria da reciclagem no estado, prevendo a criação de fundos de apoio e investimentos voltados ao fortalecimento das cadeias produtivas da reciclagem, o que pode contribuir para a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis.

Art. 1º Esta Lei estabelece incentivos fiscais e benefícios a serem adotados pela União para projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem, com

vistas a fomentar o uso de matérias-primas e de insumos de materiais recicláveis e reciclados (art. 44 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

Vale ressaltar que esta lei visa impulsionar a cadeia produtiva da reciclagem, com o intuito de incentivar o uso de materiais recicláveis, assim empresas e indústrias, teriam por exemplo a redução de impostos, dentre outras vantagens, gera assim mais reutilização e menos desperdícios.

A resolução do CONAMA nº 275/2001 de 2001, trata-se da diferenciação dos resíduos a partir de determinadas cores, facilita desta forma, tanto a coleta seletiva como a reciclagem dos materiais recicláveis. As cores mais utilizadas são justamente para aqueles resíduos que mais descartamos como o azul para papel/papelão, o verde para vidros, amarelos para metais e vermelho para os plásticos.

Percebe-se assim, que ultimamente, vários órgãos ou instituições surgem, de forma a contribuir e apoiar os catadores de reciclagem, entretanto, vale ressaltar que a partir de toda essa problematização do trabalho informal e com enfoque nos catadores, se é notório que a um déficit, deixam a desejar, quando se trata deste apoio e contribuição sobre os mesmos.

Verifica-se que todas essas leis ambientais e resoluções, mesmo reconhecendo a importância da reciclagem e dos catadores, deixam a desejar na prática. Ao longo da pesquisa que originou este artigo, verificou-se que os catadores entrevistados no setor Sul de Ituiutaba-MG não têm expectativa de melhorias nas condições de vida e trabalho a partir das políticas públicas. É notório que há falta fiscalização, pois ainda há muitos municípios que não aderem a implementação de políticas e apoio aos catadores.

Trabalho, Exploração e Desigualdade: O Caso dos Catadores de Recicláveis em Ituiutaba-MG

O século XXI é caracterizado por uma significativa reorganização das relações de trabalho, acompanhada por um aumento expressivo da informalidade, assim o trabalho manifesta-se de forma dual: de um lado, é uma atividade que permite ao homem construir sua identidade; de outro, é um instrumento de alienação e exploração. Nesse sentido, as questões sociais estão intrinsecamente ligadas ao sistema capitalista, cuja lógica está centrada no interesse pelo lucro e na acumulação de riquezas.

Santos (2012) enfatiza que as questões sociais estão profundamente ligadas ao sistema capitalista, uma vez que este se estrutura com base na exploração da força de trabalho e na busca incessante por lucros, gera desigualdades e precarização das condições de vida da população.

Interpreta-se que o trabalho e a desigualdade social estão intrinsecamente conectados, isso porque ao relacionar como o homem trabalha, quais são suas condições, qual remuneração recebe pela sua produtividade, quais oportunidades esse trabalhador tem dentro do seu emprego, constituem fatores determinantes no contexto do capitalismo, em que existe uma exploração da força de trabalho pela busca incessante dos lucros e acúmulo da riqueza nas mãos de poucos.

Dessa forma, o mercado de trabalho retrata esse cenário de divisões de empregos, tanto formais, como informais, ocorrendo diferenças salariais, por conta de qualificações profissionais e limitações que esses trabalhadores enfrentam, além de passarem por divisões referentes a categoria e gênero, resulta, desta maneira, mais ainda em desigualdades, e reforça o universo dos que são precarizados e excluídos.

Tudo isso leva à compreensão de que o trabalho não está sendo apenas um meio de sustento e de valorização do homem, mas também um espaço onde as desigualdades sociais são reproduzidas ou, em alguns casos, intensificadas. Se faz necessário nesse contexto a importância de políticas públicas e ações que possam ajudar não só na inclusão, como também na proteção desses trabalhadores, reduzindo, assim, as desigualdades tão presentes.

Uma questão bastante debatida é que, infelizmente, esse tipo de trabalho ainda persiste nos dias atuais. Apesar dos avanços e do surgimento das leis trabalhistas, ainda existem casos no Brasil de pessoas submetidas a condições análogas à escravidão, evidenciando que essa prática não foi completamente erradicada. Para compreender historicamente essa questão da escravização do trabalho, é importante começar com uma perspectiva da Antiguidade. Aristóteles argumentava que as atividades laborais não eram compatíveis com uma vida plena e virtuosa, sendo consideradas indignas. Essa visão se refletia nas práticas escravistas da época, onde os escravizados eram desprovidos de quaisquer direitos e submetidos a condições desumanas.

A definição de trabalho escravo segundo o artigo 149 do Código Penal brasileiro como:

São elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.

O trabalho era visto como a desumanização dos escravos, tratados como coisas ou mercadorias no sistema escravocrata. Segundo Nascimento e Nascimento (2015), os escravos não tinham reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, apesar de contribuírem com seu trabalho para a riqueza e conforto de seus senhores. Essa visão reforça a ideia de que, nesse contexto, os escravizados eram reduzidos a uma condição de subumanidade, tratados exclusivamente como instrumentos de produção, sem consideração por sua dignidade ou individualidade.

Percebe-se com a concepção dos autores, que o trabalho era baseado em uma sociedade escravista, sendo tratado com violência, como uma forma onde os trabalhadores eram submissos, de uma forma desigual e autoritária, o trabalho vinha da força desses homens que não recebiam por aqui e não tinham direitos a nada, sendo um sistema hierárquico, pois os senhores dos escravos tinham poder absoluto sobre eles, esse modelo de trabalho marcou a nossa história.

Infelizmente, na atualidade, se percebe que ainda temos o trabalho baseado na sociedade escravista, pois estamos passando por uma redução de trabalhos formais, por trabalhos precários, informais ainda pior com grandes taxas de desemprego. Assim sendo o mercado de trabalho, apresenta dificuldades de seguir o ritmo exigido pelo desenvolvimento do sistema capitalista, resultando todo nesse ciclo de precarização e exclusão social, pois os trabalhadores não conseguem se inserir no mercado de trabalho, por não serem compatíveis com os requisitos solicitados.

Guiraldelli (2014, p.103) ressalta ainda que: “As relações sociais no capitalismo tornam-se coisificadas e alienadas, baseadas em relações de trocas, sem possibilidades de plena realização da liberdade”, implica no entendimento de que as relações sociais no capitalismo são transformadas em relações objetificadas e desumanizadas, dominadas pelo mercado e pelo lucro. Isso limita a possibilidade de liberdade plena, pois as pessoas são condicionadas por estruturas econômicas que priorizam a mercadoria e o capital sobre a realização humana e social.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho forçado, também conhecido como escravidão moderna, registrou um aumento significativo nos últimos cinco anos. Conforme a Convenção sobre Trabalho Forçado da OIT, de 1930 (nº 29), a escravidão moderna é definida como "todo trabalho ou serviço exigido de qualquer pessoa sob ameaça de uma penalidade, para o qual essa pessoa não se ofereceu voluntariamente".

O número de 50 milhões de pessoas submetidas a esse tipo de exploração é alarmante, especialmente quando se considera o contexto contemporâneo em que vivemos. A maior parte dos casos de trabalho forçado, ou escravidão moderna, ocorre no setor privado, o que evidencia um padrão recorrente em que os mais privilegiados exploram as classes mais vulneráveis.

Todo este cenário enaltece as explorações de trabalho e suas consequências no sistema capitalista, o que resulta em uma sociedade mais desigual, o que não é muito diferente da situação dos catadores de recicláveis, logo, assim como outras cidades do estado de Minas Gerais, em Ituiutaba-MG, como já foi mencionado, também pode ser observada a presença do trabalho informal. Mesmo tendo uma economia diversificada, com indústrias, agricultura e comércio, a cidade enfrenta desafios relacionados à força de trabalho precarizada.

O território do Setor Sul (Figura 3) revela contradições urbanas profundas: é um espaço de resistência, mas também de exploração e exclusão. Os catadores enfrentam a falta de reconhecimento legal e institucional, além de trabalharem de forma degradante, sem equipamentos de proteção ou infraestrutura adequada, tendo uma renda inferior ao salário brasileiro e acabam sofrendo também com a invisibilidade, visto que desenvolvem um papel tão importante tanto para o meio ambiente, como para sociedade.

Figura 3: Mapa - Ituiutaba (MG): Bairro Setor Sul - Local dos catadores de recicláveis na rua 47



Fonte: LEITE (2024).

O local em questão é um terreno que não se enquadra como um terreno baldio ou abandonado, pois ele é cedido por uma catadora que mora ao lado e, portanto, é a dona do local. No entanto, ela não é considerada a patroa, mas sim apenas mais uma trabalhadora informal, igual aos demais catadores.

O ponto marcado como de separação, fica na avenida 47 no Setor Sul de Ituiutaba, considerado simples, sem sofisticação e com pouca organização, não possui uma estrutura para receber os 20 catadores, no entanto, ele serve como um local essencial para o agrupamento dos mesmos, para iniciar suas atividades nas ruas e subsequente levarem para esse local, para assim realizarem as atividades de separação e triagem dos materiais recicláveis coletados.

Os catadores, embora exerçam uma atividade fundamental para o meio ambiente, geralmente vivem em condições precárias. Sobrevivem com os rendimentos instáveis obtidos a partir da coleta, e muitas vezes se beneficiam também de objetos e materiais encontrados entre os resíduos. A maioria sustenta suas famílias com base nessa atividade, o que evidencia a vulnerabilidade social que enfrentam.

Apesar de todas as dificuldades e para atender às suas necessidades, os catadores organizam-se territorialmente, definindo rotas, pontos de coleta e formas de apoio. A geografia permite visualizar como o território é construído pela vivência desses sujeitos e como as desigualdades estruturam suas relações de trabalho e mobilidade urbana.

Todas essas reflexões foram construídas a partir da coleta de dados realizada por meio de entrevistas e visitas de campo, que possibilitaram uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade dos catadores. Esses momentos permitiram acessar não apenas seus perfis econômicos, mas também suas histórias de vida, desafios enfrentados, motivações para ingressar na atividade e perspectivas para o futuro.

Observou-se uma ampla faixa etária entre os catadores entrevistados, varia dos 19 aos 59 anos, com predominância de trabalhadores em idade mais avançada, que carregam consigo experiências e trajetórias marcadas por desafios, muitas das quais foram compartilhadas ao longo do estudo em função da relação de proximidade estabelecida. E a seguir, a figura 4 apresenta uma análise quantitativa referente ao nível de escolaridade dos 20 catadores entrevistados, oferecendo um panorama mais objetivo sobre o perfil social dos participantes da pesquisa.

Figura 4: Ituiutaba (MG): Bairro Setor Sul - Grau de escolaridade dos catadores



Fonte: Organizado pelos autores.

Conforme apresenta a figura 4, entre os 20 entrevistados, 5 são analfabetos, 8 têm o ensino fundamental incompleto, 1 completou o ensino fundamental, e 4 têm o ensino médio incompleto. Vale ressaltar que esses catadores não estão no trabalho informal por falta de estudos ou por não quererem estudar ou buscar melhorias. Muitas vezes, a falta de oportunidades ou incentivos impede que frequentem a escola, o que os obriga a priorizar o trabalho. Em muitos casos, eles precisam escolher entre trabalhar ou estudar, optando pelo trabalho para garantir a própria sobrevivência ou ajudar a família desde cedo.

Verifica-se que a baixa instrução compromete significativamente o acesso a oportunidades de trabalho formal e digno, com garantias trabalhistas. Essa limitação educacional leva muitos indivíduos a recorrerem a alternativas no setor informal, como a coleta de recicláveis, uma atividade que não exige altos níveis de escolaridade ou qualificação técnica. Ressalta-se, portanto, o papel central da educação como instrumento de inclusão social e possibilidade de inserção em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e excludente.

Outro ponto bastante interessante é que dos 20 catadores, 9 não são naturais de Ituiutaba, e nem vem de alguma parte do estado de Minas Gerais e sim do estado de Alagoas, o que levanta a importante questão da migração. Ituiutaba é bastante receptiva para receber cidadãos de outros estados, especialmente de Alagoas. Isso, no entanto, gera momentos de crítica entre os ituiutabanos, que se referem a eles como "alagoanos". Aprofundando um pouco sobre essa recepção vinda de Alagoas, se dá conforme Fonseca e Santos (2011 p.3) destaca:

Concomitante à transferência de população do campo para a cidade, ocorre também o incremento populacional urbano decorrente de milhares de migrantes, sobretudo nordestinos, que se dirigem para a cidade de Ituiutaba com o intuito de conseguirem um posto de trabalho nas agroindústrias canavieiras da região.

Como especificado pelos autores, a população geralmente realiza esse processo de migração em busca de melhores condições de vida. Ituiutaba se destaca como um destino atrativo devido às agroindústrias canavieiras, vistas como uma oportunidade para conseguir emprego e crescimento profissional, oportunidades essas que não estão disponíveis em suas cidades de origem. Dessa forma, em busca de emprego e acredita-se que serão bem empregados, essas pessoas migram com sonhos específicos, principalmente o de sustentar suas famílias.

No entanto, a realidade vivenciada por esses trabalhadores revela-se distinta. Conforme observado na pesquisa de campo, os catadores encontram-se em situação de vulnerabilidade e exploração, frequentemente recorrendo à atividade para garantir a própria sobrevivência. Dos 20 entrevistados, nove são migrantes, muitos dos quais apresentam baixos níveis de escolarização e qualificação profissional, o que limita o acesso ao mercado formal de trabalho e os conduz à busca de alternativas informais de subsistência, como a catação de materiais recicláveis.

Outro ponto avaliado é a questão da moradia. Ao serem questionados sobre o tipo de residência, apenas 3 dos 20 catadores possuem casa própria. Entre os 13 que moram de aluguel, estão incluídos os 9 que vieram de Alagoas e ainda não conseguiram adquirir uma casa própria, o que agrava sua situação devido à despesa mensal do aluguel. Além disso, outros 4 catadores vivem em casas cedidas ou de favor.

A maioria dos catadores possui famílias e vive com esposas, maridos e filhos, com uma média de 5 pessoas por família. Além disso, há aqueles que, já em idade avançada, moram com filhos e netos, em casas cedidas por parentes. Apenas 5 dos entrevistados vivem sozinhos. Isso evidencia a importância do trabalho na conquista da casa própria, pois os trabalhadores informais enfrentam grandes dificuldades para adquirir melhorias em suas condições habitacionais, reforça-se assim a grande necessidade de políticas públicas que possam contribuir para o incentivo da inclusão social.

Ressalta-se o quanto são discriminados e a grande importância de se ter um trabalho formal, dos 3 entrevistados que possuem casa própria, os mesmos relataram que só conseguiram por estarem com carteira registrada na época, isso devido o registro financeiro proporcionar uma base mais sólida financeiramente, tendo um acesso mais fácil ao crédito, a maioria dos entrevistados ao questionar o tipo de residência e ao falarem que moravam de aluguel, relataram o sonho da casa própria, porém não possuem as oportunidades necessárias.

A partir da observação do cotidiano desses catadores — cuja jornada de trabalho se inicia por volta das 7 horas da manhã e pode se estender até as 18 horas ou mais —, é possível identificar os inúmeros desafios enfrentados por esses sujeitos. Tais dificuldades refletem diretamente em suas condições socioeconômicas, uma vez que, inseridos no trabalho informal, encontram-se em situação de vulnerabilidade e fragilidade social, sem acesso a direitos trabalhistas, proteção previdenciária ou políticas públicas efetivas de apoio.

De acordo com suas rotinas de trabalho, os catadores iniciam suas atividades deslocam até os pontos de coleta, que podem ser vias públicas ou locais previamente estabelecidos. Em muitos casos, há acordos informais com comerciantes ou moradores, ou ainda orientações de superiores, que indicam quais áreas serão de responsabilidade de cada catador. Durante o percurso, recolhem materiais recicláveis de interesse, como papelão, plástico e alumínio, utiliza-se carrinhos para armazenar e transportar os itens coletados ao longo da jornada, etapa que marca o início da cadeia da reciclagem e que, paradoxalmente, é uma das mais exigentes e menos valorizadas. Trata-se de um processo que demanda grande esforço físico, especialmente pelo fato de que muitos utilizam carrinhos manuais ou adaptados, que precisam ser empurrados por longas distâncias.

Além disso, esses trabalhadores enfrentam diariamente condições climáticas adversas, como sol intenso, chuvas e baixas temperaturas, o que agrava o desgaste físico e compromete a saúde. Há ainda rotas específicas de coleta, como comércios, supermercados e residências que separam recicláveis regularmente, o que faz com que o volume transportado seja ainda maior e mais pesado, exigindo mais força e resistência dos catadores. Em muitos casos, eles trabalham por longas jornadas, sem acesso a equipamentos de proteção ou pausas adequadas, o que reforça a precarização e a invisibilidade social que marcam essa atividade essencial para a sustentabilidade urbana.

As condições de trabalho dos catadores são precárias. Eles não dispõem de equipamentos de segurança para realizar suas atividades e não têm condições adequadas de salubridade, muitas vezes desconhecendo até o significado desse termo. Além disso, não recebem lanches, tendo apenas um café pela manhã. Muitos não conseguem ir para casa almoçar, tendo que comer marmitas com comidas frias, pois não há onde esquentá-las.

Outro fator observado também, que por falta de equipamentos, expondo-os a diversos riscos, como o contato com animais peçonhentos escondidos entre os materiais. Por exemplo, ao manusear um papelão, há a possibilidade de encontrar escorpiões, o que aumenta o perigo de acidentes. Os catadores podem também dispor da presença de materiais cortantes misturados aos resíduos que precisam ser separados é um deles.

Ao manusear esses materiais, isso leva a cortes com vidros ou sendo perfurados por agulhas. Isso ocorre de fato também, devido as pessoas não fazerem a separação correta dos seus resíduos, afetando negativamente a subsistência de quem depende dessa profissão. Para melhorar essa situação e ainda prevenir os catadores de cortes, furos e picadas, seria essencial o uso de materiais de proteção, com equipamentos de proteção individual (EPIs), ou pelo menos deveriam usar luvas e botas que ajudassem a se proteger melhor.

Em concordância com Gonçalves (2006), ao ressaltar que “assim, não resta outra alternativa àqueles que são rejeitados pelo mercado formal, buscar a sobrevivência realizando de alguma forma a auto exploração ou a venda de sua força de trabalho”. Considera-se então que estão nessa vida por falta de oportunidades, não tendo outra opção, busca-se desta forma a sobrevivência por conta própria.

A catação, mais do que uma atividade que lhes garanta alguma remuneração, é para os trabalhadores a única forma que resta para garantir sua sobrevivência e a de sua família dentro de uma lógica considerada socialmente como honesta, ou seja, a do trabalho. De todo modo, sua busca do trabalho no lixo, tido como honesta, é um esforço não reconhecido. Além de mal remunerado este tipo de atividade é socialmente considerada execrável, desenvolvendo-se à margem das regras sociais básicas estabelecidas, ao descaso dos poderes públicos, embora não sendo por este desconhecido. (Gonçalves, 2006, p.54).

De acordo com o autor, fica evidente que os catadores procuram garantir sua sobrevivência por meio de um trabalho honesto, mesmo sem o devido reconhecimento, especialmente por parte do poder público. Forçados a ingressar no mercado informal, muitas vezes sem qualquer proteção social, eles enfrentam desafios constantes na luta para sustentar suas famílias, desta maneira eles consideram o trabalho de recicláveis como algo que os ajude na sua sobrevivência, mesmo na esperança de no futuro conseguirem algo melhor, realizam seus trabalhos com muita determinação.

Os catadores de materiais recicláveis enfrentam grandes desafios em seu dia a dia, sendo a sobrevivência um dos maiores. Acordam diariamente sabendo que terão uma jornada longa e exaustiva pela frente, sem a garantia de que serão devidamente recompensados por todo o esforço dedicado, além de muitas das vezes serem marginalizados ou excluídos. Podemos destacar a falta de valorização e reconhecimento desses trabalhadores. Se sua importância para a sociedade fosse devidamente reconhecida, sua profissão poderia ser vista com mais respeito e dignidade. No entanto, muitas vezes, os catadores são marginalizados e discriminados, deixam de receber o tratamento justo e digno que qualquer trabalhador merece.

Considera-se desta forma que os catadores, tanto em Minas Gerais, quanto especificamente na área de estudo - Ituiutaba (MG) - enfrentam um cenário marcado pela invisibilidade social. Trata-se de uma categoria que, apesar de sua importância socioambiental, não recebe o devido reconhecimento por parte da sociedade e do poder público. A ausência de políticas públicas eficazes agrava ainda mais essa realidade, refletindo-se em dificuldades de acesso a direitos trabalhistas, educação, saúde e demais garantias sociais. Inseridos em um contexto de informalidade, esses trabalhadores vivenciam cotidianamente a precarização das condições de trabalho e de vida, o que contribui para a reprodução de ciclos de exclusão e vulnerabilidade social.

Considerações finais

Considera-se que o trabalho informal surge simultaneamente às consequências da reestruturação produtiva do capital, que se beneficia da força de trabalho disponível. Esse processo contribui para o aumento acelerado do desemprego e, conseqüentemente, para a intensificação da exploração dos trabalhadores e aumento então dos trabalhos informais. Dessa forma, a discussão sobre a sociedade capitalista e sua relação com o trabalho busca compreender a transição do trabalho braçal para a era da industrialização, logo sendo impulsionada pelo avanço tecnológico. Esse processo resultou na redução da demanda por mão de obra, leva muitos trabalhadores a condições consideradas sub-humanas e de extrema exploração, como o caso dos catadores de recicláveis.

Este artigo apresenta a experiência dos catadores de recicláveis de Ituiutaba-MG, a partir de pesquisa realizada com o objetivo de compreender essa realidade, com uma proporção gigantesca territorializada da precarização do trabalho. A ausência de políticas públicas, somada à informalidade estrutural e ao estigma social, contribui para a fomentação de condições de precarização do trabalho. Compreender essa realidade à luz da Geografia, permite pensar o espaço urbano não como neutro, mas como produto de conflitos e desigualdades. Reverter esse cenário exige o reconhecimento institucional dos catadores, com

o processo de valorização dos mesmos, além do acesso a infraestrutura adequada e sua inserção nas políticas territoriais do estado de Minas Gerais, visto que já existem algumas, porém não são acatadas.

Ressalta-se que embora o estado de Minas Gerais estar regulamentado por diversas normas e leis voltadas para a reciclagem e o apoio aos catadores, ainda há muito a ser aprimorado, logo o sistema ainda é falho. A aplicação dessas leis deixa a desejar, sendo necessário um maior rigor e atenção para que os objetivos sejam realmente alcançados e esses trabalhadores recebam a devida proteção.

É neste contexto que podemos perceber a grande importância dos catadores de recicláveis e a necessidade de formalização dessa classe, que ainda se encontra vulnerável e desvalorizada. É fundamental que esses trabalhadores sejam reconhecidos para que possam ter melhores condições de vida e trabalho. No caso dos catadores do setor sul de Ituiutaba, é essencial um olhar mais atento e abrangente, considera-se os desafios e as dificuldades que enfrentam diariamente.

Nota-se também a falta de conscientização da população, evidencia a necessidade de uma maior educação ambiental. Com atitudes simples, como a separação adequada dos resíduos, a população poderia contribuir significativamente para o trabalho dos catadores, ajuda a reduzir os riscos que enfrentam e proporciona melhores condições para o desempenho de suas atividades.

Conclui-se que a maioria desses trabalhadores atua na informalidade, como catadores por falta de alternativas, já que muitos tiveram experiências em outras áreas antes de ingressar na coleta de recicláveis. Para os mais jovens, a falta de experiência e qualificação, frequentemente exigidas pelo mercado de trabalho, acaba sendo um fator determinante para sua entrada no setor informal. Dessa forma, conclui-se que eles não estão nessa profissão por escolha, mas sim por necessidade e pela falta de oportunidades.

Compreende-se que os catadores enfrentam condições de trabalho precárias e de exclusão social, pois tais trabalhadores se enquadram em condições de extrema precarização, tendo assim o direito ao trabalho violado, sem benefícios trabalhistas e previdenciários por conta de estarem inseridos no mercado informal.

A pesquisa demonstrou assim, um outro lado daqueles trabalhadores que sofrem, que passam necessidade, que sobrevivem do pouco, apresenta a realidade que poucos conhecem e poucos dão valor, uma realidade onde são tratados como ninguém, sendo simplesmente excluídos da sociedade e reforça a importância de políticas públicas que possam atender a este conjunto de trabalhadores que vivem da catação de recicláveis.

Conclui-se, portanto, a urgência de se reconsiderar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, promover condições mais dignas e reconhecendo sua importância fundamental para a sociedade. Trata-se de uma profissão muitas vezes negligenciada e invisibilizada, apesar de seu papel essencial na cadeia da reciclagem e na sustentabilidade urbana.

A inclusão social desses trabalhadores exige a garantia de direitos, o acesso a políticas públicas efetivas e a valorização institucional da atividade, especialmente no contexto do estado de Minas Gerais, onde persistem fortes marcas de exclusão, vulnerabilidade e precarização. Valorizar e respeitar o trabalho dos catadores não é apenas uma questão de justiça social, mas um passo necessário para enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam o mundo do trabalho. Assim, este artigo busca contribuir para o debate crítico sobre realidades frequentemente tratadas com naturalização ou indiferença por parte do poder público e da sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. 27, p. 11–25, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANUÁRIO DA RECICLAGEM. **Anuário da reciclagem**. Disponível em: <https://www.anuariodareciclagem.eco.br/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001**. Estabelece o código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, n. 84, p. 97–98, 4 maio 2001. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=102688>. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, n. 147, p. 3, 3 ago. 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre incentivos à indústria da reciclagem; institui a Política de Incentivo à Reciclagem; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 3, 9 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14260.htm. Acesso em: 16 maio 2024.

COSTA, Ângela Gomes dos Santos. **Trabalho informal e cidadania**: uma análise das alternativas de qualificação dos catadores de materiais recicláveis no município de Ijuí. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem** (1876). Edição eletrônica. Ridendo Castigat Mores, 1999.

ESTANQUE, Elísio. **Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], n. 71, 2005. Publicado em: 1 out. 2012. DOI: 10.4000/rccs.1023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1023>. Acesso em: 10 out. 2024.

FONSECA, Rogério Gerolineto; SANTOS, Joelma Cristina dos. Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 24–49, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1934>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais**. 2022.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O trabalho no lixo**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2006.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 101–115, 2014. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17n1p101-115. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

IBGE. **PNAD Contínua**: Características do mercado de trabalho. 2023.

LEITE, David. **Mapa do Setor Sul de Ituiutaba-MG**. Instituto de Ciências Humanas do Pontal – UFU Pontal, 2024. Elaborado com base na malha digital do IBGE (2022) e dados da Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Datum: SIRGAS 2000 – UTM 22S (EPSG: 31982). Produzido com software QGIS v.3.36.3.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1993.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009**. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Diário do Executivo, Belo Horizonte, 13 jan. 2009. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/>. Acesso em: 16 maio 2024.

MORAIS, Leonardo. População com rendimento de trabalho em Minas Gerais atinge maior patamar da série histórica. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 9 maio 2025. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/rendimento-trabalho-minas-gerais-patamar-historico/>. Acesso em: 15 maio 2025.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Programa de luta e organização nas bases do movimento**. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento/programa-de-luta-e-organizacao-nas-bases-do-movimento>. Acesso em: 3 jun. 2024.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 40. ed. São Paulo: LTr, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Directrices sobre una definición estadística de empleo informal, adoptadas por la Decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICOS DO TRABALHO, 17., nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.ilo.org/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SCHNEIDER, Alice Frantz; COSTA, Reinaldo Pacheco da; MESQUITA, Marco Aurélio de. A atividade dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Org. & Demo.**, Marília, SP, v. 18, n. 2, p. 105–122, 2017. DOI: 10.36311/1519-0110.2017.v18n2.o8.p105. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/7588>. Acesso em: 9 mar. 2025.

THOMAZ JR., Antonio. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI.
Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7–26, jan./jun. 2004.

THOMAZ JR., Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Pegada** – A Revista da Geografia do Trabalho, Presidente Prudente, v. 3, p. 6–27, 2011. Disponível em:
<https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.786>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Recebido em: 02/06/2025.
Aprovado para publicação em: 18/12/2025.